

A direita enraizada: bloco no poder, movimento estudantil e crise política no Chile de Bachelet

Gonzalo Adrián Rojas*
e Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley**

Resumo:

O objetivo geral deste artigo é analisar o bloco no poder chileno nos governos Bachelet, Concertação Democrática (2006-2010) e Nova Maioria (2014-2016). Os conceitos teóricos utilizados são: formação econômico-social, Estado, poder político, bloco no poder e luta de classes. Com metodologia qualitativa, adotamos duas hipóteses: a fração hegemônica no interior do bloco no poder é a burguesia compradora, o que sinaliza uma continuidade entre a ditadura pinochetista e os governos Bachelet; o movimento estudantil durante o governo da CD foi hegemônico pelos pinguins secundaristas, cujas demandas foram neutralizadas via dispositivos institucionais.

Palavras-chave: Chile; Bloco no poder; Bachelet; Movimento Estudantil.

The Rooted Right: Power Bloc, Student Movement and Political Crisis in Bachelet's Chile

Abstract:

The general objective of this article is to analyze the Chilean power bloc in the two Bachelet-led governments of the Concertation (2006-2010) and the New Majority (2014-2016). The theoretical concepts used are economic-social formation, State, political power, power bloc and class struggle. Using a qualitative methodology, we adopt two hypotheses: the hegemonic fraction within the power bloc is the comprador bourgeoisie, which signals continuity between the Pinochet dictatorship and the Bachelet governments; the student movement during the Concertation government was dominated by secondary school students, whose demands were neutralized with institutional measures.

Keywords: Chile; power bloc; Bachelet; Student Movement.

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor de Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande-PB, Brasil. End. Eletrônico: gonzalor@usp.br

** Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande-PB, Brasil. End. Eletrônico: shimennyaraujo@yahoo.com.br

Introdução

Neste artigo, analisamos alguns aspectos um tanto despercebidos da formação social chilena durante os governos de Michelle Bachelet, o da Concertação Democrática (2006-2010) e os dois primeiros anos do governo da Nova Maioria (2014 – 2015). O objetivo contribuir para a compreensão das relações entre, por um lado, a hegemonia no bloco no poder e, por outro, o significado das lutas estudantis. Por motivos que ficarão claros ao longo do texto, não discutiremos o governo do direitista Sebastián Piñera (2010-2014).

Trabalhamos com duas hipóteses. A primeira é que a hegemonia do bloco no poder chileno pertence a fração da burguesia compradora, que é a fração burguesa mais integrada ao imperialismo estadunidense, e que há uma continuidade nas relações de força no interior do bloco no poder herdado do pinochetismo. A segunda é que a dinâmica do movimento estudantil universitário com seus elementos antiinstitucionais tem relação com um balanço da experiência política do movimento dos secundaristas, os pinguins. As duas hipóteses adquirem caráter teórico-metodológico a partir da leitura que fazemos de Nicos Poulantzas (1976; 1990) e Karl Marx (1997).

Breve análise dos governos da Concertação Democrática (CD)

Para caracterizar os governos de Bachelet se faz necessário analisar os governos da CD buscando identificar os elementos políticos que indiquem se, além da mudança do regime político, na sua formalidade institucional, ocorreram alterações no interior do bloco no poder.

A CD foi uma coalizão que unificou o centro democrático-cristão e uma parte da esquerda, que surge em 1988 em oposição ao governo ditatorial de Pinochet, em um contexto de desaceleração da economia mundial decorrente da crise de superprodução da década de 70, de contínua repressão militar e de fragilidade nas relações com outros países devido à violação dos direitos humanos (Moulian, 1997; 2006).

Começemos pela breve apresentação de duas abordagens da sucessão do pinochetismo: uma oficial, elaborada por Ricardo Lagos Escobar; e outra crítica, cujo elaborador é Tiago Moulian.

O relato oficial da Concertação Democrática.

Ricardo Lagos Escobar, em seu livro *América Latina y El Mundo que viene*, procura mostrar a necessidade de compreender o contexto social no qual o país está inserido, sem deixar de lado seu passado (Escobar, 2011). Mas, em todo o livro, o autor justifica sua a ao própria adaptação ao neoliberalismo, fora do

qual parece não existir destino possível. Mesmo com referências moderadas de crítica a uma visão formal da democracia seu horizonte estratégico não supera os limites de uma democracia liberal ultraminimalista.

O motivo da luta pela democracia e sua própria instauração foi justamente o compromisso de não aceitar as torturas, os desaparecidos e tudo que ultrapassou os direitos humanos de forma brutal. Este é o mesmo compromisso que não permite sua ruptura. Lagos oculta no discurso oficial justamente o pacto de impunidade aos militares garantidos pela CD.

Para Lagos, com as eleições de 1989, o Chile foi ao reencontro da democracia. Os cidadãos chilenos viveram a alegria de conhecer o início de uma nova etapa de suas vidas. Surgiu, neste contexto, um grande desafio: a compreensão do mundo emergente e a libertação da era Pinochet. Na noite de 1989, quando se iniciam as décadas da CD, projeta-se algo pelo qual se deve lutar e também uma ótica para adentrar os novos horizontes que se firmam.

Esta visão idealizada da democracia e o relato oficial ocultam os limites impostos pela permanência da cata constitucional pinochetista, os diversos entraves políticos e institucionais e a continuidade das políticas econômicas.

O ex-presidente chileno deixa clara sua posição sobre o futuro do país e o papel da CD que a continuidade de um modelo que se mantém e que chama atenção pelo lugar do Chile no cenário internacional. De um modo explicitamente neoliberal, o país tem se fortalecido no cenário econômico com 80% dos intercâmbios comerciais externos protegidos por acordos de livre comércio.

Um relato crítico pela esquerda

De acordo com Moulián (1997), a CD nada mais foi do que uma aliança minimalista entre socialistas e democratas-cristãos que, sem questionamento algum em relação aos fundamentos macroeconômicos neoliberais instaurados por Pinochet, conseguiu trazer uma certa estabilidade governamental.

Já nos primeiros dias do primeiro governo de Bachelet, manifestaram-se elementos de continuidade do modelo, como a escolha de liberais para os ministérios da fazenda e de obras públicas e política de sufocamento das mobilizações estudantis. Elementos como manutenção da constituição chilena e a manutenção da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), que são heranças do pinochetismo, também demonstraram a manutenção do neoliberalismo.

O Chile é um caso particular de avanço e aprofundamento do neoliberalismo na América Latina. Lá, o neoliberalismo pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras do pós-guerra, com a implementação de políticas dura: Já no Brasil, que, na época, transitava de uma ditadura militar,

o neoliberalismo foi implementado com o pretexto de conter uma hiperinflação (Anderson, 1995).

Para entender o Chile contemporâneo e a crítica pela esquerda ao relato oficial, recorremos ao livro *Chile actual: Anatomia de un mito*, de Tomás Moulian (1997). Para o autor, o Chile atual começa em 1980 com o plebiscito no qual se decidiu que o ditador Pinochet não continuaria no governo até março de 1997. Mas é necessário reconstituir os três períodos que desembocaram neste momento:

1) a época da Unidade Popular (UP) e de Allende, seguida do golpe em 11 de setembro de 1973, culminando com a instauração da ditadura revolucionária (revolução capitalista); 2) os primeiros anos depois do golpe (a fase terrorista); 3) por fim, a promulgação da constituição política em 1980 (ditadura constitucional).

Apesar de distintos, são momentos de um mesmo processo: a ditadura reacionária, com monopólio jurídico, do poder e uso do terror. Nesse contexto, o autor nos revela todo o processo da transição política pelo qual o país passou, fazendo uma análise da atualidade a partir de uma perspectiva histórica do desenvolvimento do Estado e da sociedade chilena ao longo do século XX. Procura explicar o Chile atual a partir dos dilemas da transição política e seus desdobramentos, o que nos ajuda a compreender o reposicionamento das forças políticas no poder durante esse período.

Já nas primeiras páginas do livro, Moulian, faz uma afirmação que fornece elementos para embasar nossa primeira hipótese:

Considero al Chile Actual como una producción del Chile Dictatorial, pero sin aceptar ni el determinismo ni la necesidad, la imagen simple que una sociedad creada con los materiales del Chile Dictatorial no podía ser otra cosa que una fotografía de éste, algunos años después” (Moulián, 1997).

O Chile atual, para Moulian, origina-se da “fertilidad de un ‘ménage à trois’ es la materialización de una cópula entre militares, intelectuales neoliberales y empresarios nacionales e transnacionales”. O autor considera que o Chile atual foi gerado com o golpe de 1973 e chama a atenção para o esquecimento desta origem: “En la matriz de una dictadura terrorista devenida dictadura constitucional se formó el Chile actual, obsesionado por el olvido de esos Orígenes” (Moulian, 1997). Recorrendo a várias metáforas, ele também sugere a ideia de um continente que molda o conteúdo. O “ventre”, a matriz chilena, seria o molde pelo qual a atualidade foi se constituindo.

Portanto, existe uma convivência e a conveniência em relação à democracia que fazem do Chile “a Pátria do esquecimento”, estimulada pela política do consenso, considerada uma etapa superior ao esquecimento, que pressupõe uma suposta harmonia que contribui para construir a ideia do Chile modelo (mito),

a estratégia utilizada para este fim foi o incentivo do consumo, o autor caracteriza como “El ciudadano credit-card”, conseguiu a massificação do consumo a partir da massificação do crédito. O autor faz uma crítica à sociedade que o neoliberalismo construiu e ainda está construindo, uma sociedade de consumo, por exemplo, pois, de acordo com Moulian, o Chile atual mantém essa cultura do consumo.

Recorrendo a um conceito de extração gramsciana, o autor afirma que o “Chile actual es a culminación exitosa del transformismo”:

(...) Llamo ‘transformismo’ al largo proceso de preparación, durante la dictadura, de una salida de la dictadura, destinada a permitir la continuidad de sus estructuras básicas bajo otros ropajes políticos, las vestimentas democráticas. El objetivo es el “gatopardismo”, cambiar para permanecer. Llamo “transformismo” a las operaciones que en Chile actual se realizan para asegurar la reproducción de la infraestructura creada durante la dictadura, despojada de las molestas formas (Moulian, 1997: 145).

Modificou-se o modelo de dominação, mas não o bloco dominante, mudou-se o regime político de uma ditadura militar para uma democracia minimalista. Segundo Moulian, a política democrática reformulou-se apenas em alguns aspectos, uma vez que foi fruto de uma transição pactuada com os militares, evidenciando que os governos da CD não conseguiram se desvencilhar do modelo econômico deixado por Pinochet.

A ditadura chilena possui uma especificidade justamente no modelo econômico adotado, que proporcionou uma transformação no capitalismo chileno com a implementação do neoliberalismo, promovendo a internacionalização da economia, com base em uma burguesia compradora que, de acordo com nossa hipótese, se fortaleceu e conseguiu a hegemonia do bloco no poder chileno, com um papel de intermediária dos interesses externos no espaço nacional e inteiramente subordinados ao capital estrangeiro.

No artigo *El gobierno de Michelle Bachelet: las perspectivas de cambio*, Moulian (2006) analisa os desafios do primeiro governo de Bachelet a partir da política dos governos anteriores da CD.

La Concertación, propulsora del modelo chileno de transición, ha asumido la tarea de aclimatar al sistema neoliberal a una sociedad con competencia política democrática. No ha modificado la política económica ni el modelo de desarrollo. Ha logrado imponerse a la derecha como una opción alternativa, pese a que ha liderado una política económica y social de continuidad con respecto al modelo que se impuso durante la dictadura. (Moulian, 2006)

Os dois textos do autor assinalam importantes determinações políticas do processo chileno desde 1973 à atualidade. Ajudam-nos a “percorrer” o Chile contemporâneo. Porém, o autor não expõe quais as frações de classe no bloco no poder chileno.

Ao trabalharmos com as duas abordagens, consideramos reforçada nossa hipótese preliminar acerca da continuidade no bloco poder herdado da ditadura.

O movimento estudantil no Chile

Nesta parte do artigo abordaremos uma literatura sobre o tema que nos permite trabalhar sobre nossa segunda hipótese, a de que a dinâmica do movimento estudantil universitário com seus elementos antiinstitucionais no governo da Nova Maioria (NM), segundo governo de Bachelet, tem relação com um balanço político da experiência política do movimento dos secundaristas, os pinguins sob o primeiro governo de Bachelet, da CD.

Começemos por uma rápida abordagem da NM.

A partir de março de 2014 Bachelet retornou ao governo apoiada pela Nova Maioria, uma coalizão dos seguintes partidos: Partido Socialista (PS); Partido Democrático Cristão (PDC) e Partido Comunista (PC). A particularidade em relação à Concertación Democrática é a participação do PC no governo após 40 anos de oposição. Esta entrada se iniciou, de certo modo, ainda no primeiro governo de Bachelet quando, a partir de alianças e pactos, o PC ocupou três lugares no parlamento em 2009. Nas eleições legislativas de 2013, os três se reelegeram e mais três foram chegaram ao parlamento, formando a “Bancada Estudantil”: Camila Valeja e Karol Cariola oriundas diretamente das lutas dos estudantes, e Daniel Nuñez, ex-dirigente estudantil nos anos 90. Estes recém-chegados receberam críticas, e com razão, de ex-colegas do movimento estudantil pelo apoio a Bachelet, de quem foram opositores na época das marchas. A duplicação das vagas do PC no Congresso se relaciona com a decisão do partido de fazer parte da NM.

Bachelet agregou o PC ao seu governo por necessidade de somar forças no Parlamento para realizar as profundas reformas, antipopulares, que estão na agenda de seu atual governo e isso inclui, entre outros, a reforma do sistema educacional, e, sobretudo, que o PC lhe ajude no controle do movimento estudantil, apesar de terem perdido um pouco de sua influência desde os protestos de 2011.

Evidenciando que o PC faz parte do governo burguês de Bachelet, que no seu primeiro governo nem sequer questionou o domínio privado do setor de educação do país, apenas reformulando a LOCE com a nova nomenclatura de

LGE (Lei Geral de Educação), porém mantendo praticamente a mesma política apenas com alguns ajustes, não alterando as bases do sistema educacional herdado do pinochetismo. Concluímos que o governo da NM, continua reproduzindo o programa neoliberal dos governos da CD, mantendo um alinhamento econômico com a burguesia compradora liderado pelos EUA.

É importante enfatizar que os primeiros dias do primeiro governo de Bachelet foram marcados por grandes manifestações estudantis, conhecida como “*Pingüinazo*”¹. Já em 2006 estudantes secundaristas e universitários foram às ruas exigindo a mudança do sistema de ensino regido pela LOCE, por mudanças na prova de seleção universitária, pelo passe livre, entre outras demandas. De acordo com Manuel Riesco, o *pingüinazo* constitui um feito histórico por ser um movimento que mobilizou milhares de jovens e sensibilizou milhões de pessoas em todo o país, alcançando considerado respaldo internacional (Riesco, 2006).

Como afirma Riesco, “el pingüinazo” constitui uma luta por direitos que marcou a história do Chile. Alcançou objetivos antes considerados impossíveis, mobilizou milhares de pessoas em todo o país e ganhou inclusive projeção internacional.

A LOCE, promulgada em março de 1990 por Pinochet, poucos dias antes de sua derrota, legalizou todo o processo de desmonte da educação pública aprofundado nas décadas anteriores sob o regime militar. Esta lei desvinculou o Estado da responsabilidade para com a educação pública e a transferiu para os municípios, este ficou processo conhecido como “municipalização”, mas principalmente incentivava a criação de instituições privadas de ensino com dinheiro público, mercantilizando assim a educação e promovendo a exclusão e a desigualdade.

A pressão do “pingüinazo” conseguiu a substituição da LOCE em 2009, ainda no primeiro governo de Bachelet, pela Lei Geral da Educação (LGE) mas não como desejavam. O texto da LGE deixa graves ambiguidades, não definindo, por exemplo, o compromisso do Estado em financiar a educação, mantendo praticamente, com alguns ajustes, as bases do sistema herdado do pinochetismo, que continua garantindo o lucro aos bancos e empresários e a privatização do ensino. Estudantes e professores se manifestaram contra a LGE nestes termos.

O movimento estudantil chileno surge como uma resposta às políticas neoliberais mantidas e aprofundadas pelos sucessivos governos pós-ditadura. portanto o pingüinazo teve um papel importantíssimo. Permite articular um processo de reivindicações que continua durante anos, ressurgindo mais fortemente em 2011,

¹ A denominação do movimento faz referência ao uniforme dos estudantes semelhantes a pinguins.

no movimento estudantil universitário, e se mantém até o momento, depois da experiência de luta que tiveram enquanto secundaristas. O movimento estudantil reivindica uma educação pública, de qualidade e sem fins lucrativos, contrapondo-se intensamente ao modelo educacional herdado de Pinochet e remodelado por Bachelet, que é em sua grande parte privatizado (com pequena exceção do primário, municipalizado). Esta questão afeta diversos setores econômicos, pois bancos são os que mais lucram com a educação privatizada, fornecendo créditos para as famílias custearem os estudos dos filhos. Elas ficam cada vez mais endividadas para garantirem um direito básico, que é a educação.

Esclarecemos que o primeiro governo de Bachelet transcorreu entre 2006-2010 e foi sucedido por Piñera (2010-2014), do partido de direita Renovação Nacional (RN). Como já afirmamos, não discutiremos o governo do direitista por não ser o objeto deste trabalho. No entanto para compreender a continuidade do fenômeno das lutas estudantis e seus desdobramentos no segundo governo de Bachelet, se faz necessário percorrer essa trajetória, que fazemos através das entrevistas realizadas por Maldonado.

Segundo este autor, o movimento estudantil atual, a partir de 2011, tem relação com o *pingüinazo*, sendo uma evolução coerente e ascendente deste. A promulgação da LGE frustrou os estudantes, os quais se sentiram traídos pela classe política. Também segundo este autor, o que o país tem presenciado desde 1990 é fruto de uma transição política pactuada com os militares, o que impossibilitou uma completa restauração democrática, resultando na consolidação do regime político saído das entranhas do governo militar. Considera o movimento estudantil como um movimento de resistência ao modelo de dominação. Não é por acaso que os estudantes resistem a este modelo de dominação. Eles o vivem no seu cotidiano, vendo suas famílias endividadas, observando seus pais sobrecarregados por longas jornadas de trabalho, muitas vezes subempregados e com baixos salários.

El movimiento estudiantil es la primera fisura política en un sistema de dominación que hasta ahora parecía indestructible. Los estudiantes abrieron una brecha en el gran dique neoliberal mostrando la fragilidad del modelo. Ellos han logrado sensibilizar a gran parte de las personas con la idea de que la educación es un derecho universal que debe ser entregado por el Estado como un servicio en condiciones de gratuidad igual calidad y posibilidad de acceso para todos. (Maldonado, 2014: 7).

A luta dos estudantes inclui demandas de outros setores da sociedade chilena: os trabalhadores, o povo mapuche, o movimento ambientalista, entre outros. Dessa forma, tem dado origem a uma nova geração que tem voz própria e que constitui uma força que tem conseguido influenciar a vida política do país

por meio de um elemento comum que é a crítica a realidade existente. Segundo Maldonado, a maior vitória do movimento tem sido pôr em evidência que no Chile existe uma educação cara, discriminatória e de má qualidade.

As associações e federações que compõem o movimento têm alguns pontos convergentes que são a luta pela mudança do sistema educacional, por uma educação pública, gratuita e de qualidade; realização de uma assembleia constituinte para formulação de uma nova constituição; mudança na Prova de Seleção Universitária (PSU), que é regida por critérios econômicos; nacionalização do cobre para custear a educação etc. No entanto, cada entidade tem suas particularidades, que expressam as características de cada universidade (tradicional ou não), o programa da corrente estudantil no qual o dirigente está inserido, o que implica posicionamento sobre alguns aspectos importantes: inserção em outros movimentos (principalmente de trabalhadores e povo mapuche), vínculos com parlamentares etc.

Em relação ao segundo Governo Bachelet, a estudante Sepúlveda, dirigente da FECH (Federación de Estdudiantes de la Universidad de Chile), enfatiza que ele não garante educação gratuita devido as distintas posições entre os partidos que compõe a Nova Maioria. A Federação exige que o projeto educativo seja construído com a participação do movimento estudantil. Para o estudante Miranda dirigente da FEC (Federación de Estudiantes Universidad de Concepción) afirma, em sua entrevista concedida em 04 de abril de 2014, que o Chile está diante de um novo ciclo neoliberal, que busca uma reestruturação de uma elite política. Não acredita na reforma do sistema educacional proposta por Bachelet nem que a transformação da educação venha pela NM e sim pelo aprofundamento da luta do movimento estudantil.

Os pinguins de 2006 são os universitários de 2011. Amadureceram ao participarem, como secundaristas, de comissões parlamentares que não deram em nada. Quando o movimento estudantil apresenta o tema da Assembleia Constituinte, o faz desde um ponto de vista socialista revolucionário com o objetivo de desenvolver amplamente a mobilização contra o regime capitalista.

Por estas razões temos elementos para iniciais para respaldar também nossa segunda hipótese.

Conclusão

Nossas duas hipóteses têm obtido relativa confirmação. A primeira é que a hegemonia do bloco no poder chileno pertence a fração da burguesia compradora, mais integrada ao imperialismo estadunidense e que há, de fato, uma continuidade nas relações de força no interior do bloco no poder herdada do pinochetismo. O Chile atual mantém a mesma política herdada da ditadura, a

mesma carta constitucional, o mesmo sistema educacional, elementos presentes tanto nos governos da CD quanto no atual da NM. Resultante de um processo de transição de uma ditadura para uma democracia a partir de acordos com os militares, a transição para a democracia envolveu mecanismos estabelecidos pelo regime militar que foram modificados apenas em parte pela oposição. Ou seja, em grande parte superficialmente.

Relacionando nossa primeira hipótese com a segunda, podemos afirmar que esta política que os sociólogos e cientistas políticos chamam de “exclusão” tem proporcionado o crescimento dos movimentos sociais, em particular o movimento estudantil, que explode em lutas anti-imperialistas. Portanto, é importante enfatizar que a luta dos estudantes não é só por educação, mas expressa uma variedade de demandas das classes populares chilenas que sofrem cotidianamente e durante décadas os abusos de uma política que favorece, antes de tudo, o grande capital. O amadurecimento da experiência política do movimento estudantil universitário, com seus elementos antiinstitucionais mas politizados, tem relação com um balanço da experiência política do movimento dos secundaristas, os pinguins.

Os desafios do movimento estudantil frente à reforma educacional e aos ataques de Bachelet, não cessaram. As marchas de estudantes continuam e crescem como uma forma de rechaço à reforma educacional de Bachelet que insiste na impopular reforma educacional que é denunciada pelos estudantes por pretender consagrar a educação de mercado por meio do “sistema misto”. Este sistema mantém os negócios educativos das universidades privadas, que têm 84% das matrículas, e escolas de ensino médio particular subsidiados, que alcançam 66% dos registros. Por outro lado, o Crédito educativo com Garantia do Estado ficará intacto. Assim, milhares de jovens e famílias permanecerão endividados e os bancos com seus lucros garantidos.

Na mesma medida cresce a repressão e criminalização do movimento. Alunos estão sendo expulsos das universidades e tem seu financiamento cortado por serem militantes do movimento estudantil.

Isto é também uma clara expressão de um fim de ciclo e uma crise política. A saída só é possível com a aliança entre a juventude e os estudantes, que começa a surgir, de forma embrionária, com uma boa participação de trabalhadores, em sua grande maioria pais dos estudantes, na marcha pela educação.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ESCOBAR, Ricardo Lagos (2011). *América Latina y El Mundo que viene: Columnas del diario Clarín de Buenos Aires*. Buenos Aires: Debate.
- GRAMSCI, Antonio. (2003). Caderno 13. (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. V 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MALDONADO, Ruben Andino.(2014) *La rebelión estudiantil em Chile*. México: Ocean Sur.
- MARX, Karl (1997). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOULIÁN, Tiago (2006). El gobierno de Michelle Bachelet: las perspectivas de cambio. *Revista del OSAL*, n. 19. Buenos Aires.
- _____ (1997). *Chile actual: Anatomía de un mito*. Santiago: LOM-ARCIS.
- POULANTZAS, Nicos (1990). *Las clases sociales en el capitalismo actual*. Mexico: Siglo Veintiuno.
- _____ (1976). *A crise das ditaduras*. Portugal, Grecia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RIESCO, Manuel (2006). Ecos del Pinguinazo. *El Mostrador*, 11 de junho, Santiago de Chile. Disponível em: <http://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2006/06/11/ecos-del-pinguinazo/>

Sites

- Centro de Estudios Miguel Enriquez (CEME): <http://www.archivochile.com/entrada.html> (último acesso 31.05.2016)
- EL MERCURIO (jornal): <http://impresa.elmercurio.com/pages/LUNHomepage.aspx?BodyID=1&dtB=27-02-2016> (último acesso 31.05.2016)
- LA IZQUIERDA DIARIO – CHILE (jornal): <http://www.laizquierdadiario.cl/Chile> (último acesso em 31.05.2016)